



REVISTA  
CULTURA, ESTÉTICA & LINGUAGENS

Vol. 04, Nº 02 - AGO. 2019



N  
O  
S



# Resenha

---



## RENOVAR A TEORIA CRÍTICA E REINVENTAR A EMANCIPAÇÃO SOCIAL

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, BOITEMPO, 2007

<https://doi.org/10.5281/zenodo.5363259>

Envio: 18/05/2019 ♦ Aceite: 06/08/2019

### HUMBERTO MARTINS DE SOUZA



Licenciado em Ciências Biológicas pela UFRJ e é, atualmente, mestrando em Educação em Ciências e Saúde, no instituto NUTES-UFRJ. Pesquisa sobre as representações de ser-humano e natureza na educação através da análise crítica do discurso. Tem interesses nos campos de estudos pós-coloniais e decoloniais.

## **RUMO À ECOLOGIA DOS SABERES: O IMPACTO DA TEORIA PÓS-COLONIAL NA REESTRUTURAÇÃO DA TEORIA CRÍTICA E DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL**

Nascido em Coimbra, 1940, Boaventura de Sousa Santos tornou-se doutor em Sociologia do Direito pela Universidade de Yale. Autor com fortes bases pós-modernas, trabalha hoje com a Teoria Pós-Colonial, pesquisando as relações entre o Sul e o Norte global, partindo, inclusive da premissa de que Portugal é um país periférico e com características de país colonizado, dada sua relação com os países centrais da Europa. A obra analisada “Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social” (2007) reflete, entre outras coisas, um processo de autocrítica sobre a postura pós-moderna e marxista frente ao conceito de emancipação social e a necessidade da introdução dos aspectos da teoria pós-colonial para uma análise que leve em conta os efeitos da violência colonial no mundo.

A obra é referente a três conferências que Boaventura proferiu, em 2005, na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires. Cada capítulo equivale a uma conferência, tendo, portanto, 3 capítulos. O capítulo I chama-se “A Sociologia das Ausências e a Sociologia das Emergências: para uma ecologia de saberes”; O capítulo II “Uma nova cultura política emancipatória”; O capítulo III, “Para uma democracia de alta intensidade”. Ao final de cada capítulo há a transcrição das perguntas dos participantes e das respostas do Boaventura, contribuindo para a riqueza visões sobre o tema no livro.

As conferências têm como tema central a reinvenção da emancipação social, buscando deslocá-la da forma como foi trabalhada — com princípios da modernidade — para uma forma que incorpore as contribuições da Teoria Pós-Colonial<sup>3</sup> e da Pós-Modernidade<sup>4</sup>. Para tal, em cada dia de palestra, Boaventura enfatiza um dos três níveis

---

3 A teoria pós-colonial, dentro de sua diversidade epistemológica, tratou, principalmente, dos impactos do colonialismo nos âmbitos político, cultural e intelectual. Compreender as tensões entre poder, subjetividade, identidade, representação e conhecimento é fundamental para a compreensão do exercício do poder colonial e imperial, responsável por reproduzir desigualdades de gênero, raça e classe (BALLESTRIN, 2017).

4 A Pós-Modernidade é o estado da cultura [europeia] que se segue às transformações científicas, literárias e artísticas da Europa no século XIX em um contexto de crise das narrativas modernas (LYOTARD, 1984)

em que ele se propõe a discutir a Teoria Crítica e a Emancipação Social: epistemológico (capítulo 1), metodológico (capítulo 2) e político (capítulo 3).

O livro busca repensar a emancipação social através de uma crítica à razão indolente, que o autor define como uma razão preguiçosa, que não busca mudanças e transformações e que, ao mesmo tempo em que contrai o presente, expande o futuro ao infinito. Como alternativa, Boaventura propõe “a sociologia das ausências” e “a sociologia das emergências”. Essas são sociologias que levam em conta os efeitos da violência colonial. A questão da colonialidade, e seus impactos para os países e povos não europeus, atravessa os três capítulos, mostrando sua importância metodológica para se pensar qualquer tentativa de emancipação.

Por fim, segundo o autor, ao responder uma crítica de um participante na terceira conferência, as propostas no livro têm muito mais a ver com o pensar em um futuro possível com o que se tem imediatamente do que com a tentativa de desenvolver um pensamento de vanguarda, heroico e inovador. Essa proposta aparece alinhada com a sua crítica à razão indolente, no sentido de aceitar a realidade e pensar em formas de construir uma globalização contra hegemônica com o que se tem, refletindo a autocrítica a certos posicionamentos pós-modernos com a qual se compromete no início do livro.

No primeiro capítulo, o autor se se põe a discutir sua tese a partir de uma dimensão epistemológica, sem excluir o fato de que as dimensões políticas e metodológicas estão presentes em menor grau. O objetivo deste capítulo é tratar da forma como as ciências sociais têm se constituído a partir de uma “razão metonímica” e de uma “razão proléptica”. A primeira consiste em constringir o presente, tomando uma parte pelo todo, como se o todo fosse feito por partes homogêneas. Dessa forma, ela silencia toda a diversidade de partes do presente, ao assumir que todas são iguais e que uma pode representar todas. A segunda consiste em expandir o futuro de forma indeterminável, pois se conhece bem o que está no futuro; o progresso, o desenvolvimento. Sabe-se, assim, o fim do futuro, tornando-o uma utopia a ser alcançada.

À “razão metonímica” o autor propõe, como solução, a “sociologia das ausências”. Isto é, uma sociologia que se preocupe com as ausências criadas pela homogeneização do todo que a “razão metonímica” faz com o presente. Ao passo que esta razão funcionaria, para Boaventura, como monoculturas do saber (saber universalmente válido), a sociologia das ausências”, por sua vez, funciona a partir de uma ecologia de saberes - ou seja, uma forma epistemológica que expande o presente e que dialoga com a multiplicidade de formas de conhecer o mundo, transformando as formas de conhecimento criadas como ausentes por uma ciência social indolente em formas de conhecimento existentes e constitutivas das ciências sociais.

Neste capítulo, o autor também explica o que ele considera como as seis monoculturas e suas respectivas oposições de acordo com as ecologias do saber:

- **Monocultura do saber e do rigor (cria o ignorante):** a ideia de que só a ciência possui um saber rigoroso e válido. Produz o epistemicídio dos saberes alternativos.

X

- **Ecologia dos saberes:** o saber científico se torna parte de um plano de relações entre diversos saberes. O quão válido é um conhecimento depende de sua capacidade de interferir no real e na relação entre esta interferência e o que desejamos.
- **Monocultura do tempo linear (cria o residual):** a ideia de um tempo linear em direção ao progresso coloca o desenvolvimento dos países do norte à frente, e coloca o estado dos países do sul como atrasados em relação ao norte, tendo estes que *avançar* em direção ao "futuro"

X

- **Ecologia das temporalidades:** trata-se de eliminar a residualidade, tornando os encontros simultâneos contemporâneos. Para tal é preciso respeitar a temporalidade de cada forma de sociabilidade, entendendo que as sociedades têm tempos diferentes para cada coisa.

- **Monocultura da naturalização das diferenças (cria o inferior):** a hierarquia é consequência das diferenças Naturais. Inferioriza-se a diferença numa relação de desigualdade.

X

- **Ecologia do reconhecimento:** distinguir o que é do que não é produto da hierarquia em uma diferença. Assim, devemos aceitar as diferenças que não derivam de uma hierarquia.
- **Monocultura da escala dominante (cria o local):** o universal e o global tem total prioridade sobre o que é particular e local. No caso, a globalização é a expansão de uma identidade que nomeia local as realidades rivais. Assim, o McDonald's deixa ser uma empresa localizada e étnica, para ser algo global, hegemônico, que combate as redes locais.

X

- **Ecologia transescala:** é preciso um saber que seja capaz de articular as escalas locais, nacionais e globais. Cada agente, um executivo, um camponês e um senador, tem uma escala para guiar suas ações, é preciso fazê-los dialogar.
- **Monocultura do produtivismo capitalista (cria o improdutivo):** tudo que não é produtivo como o contexto capitalista diz, (a partir da imposição de ciclos) torna-se improdutivo.

X

- **Ecologia das produtividades:** recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção.

A outra razão criticada por Boaventura na obra é a razão proléptica, na qual se pensa ser possível conhecer o futuro, o fim do caminho que se segue. Ela depende das monoculturas do saber; que fazem do único presente possível, a pista para o único futuro possível. A partir do desenvolvimento das “ecologias dos saberes” e da expansão e diversificação do presente, é possível encontrar pistas diversas, situações embrionárias que podem guiar para diversos tipos de futuros concretos e diferentes. Cabe aos cientistas sociais buscar conhecer essas pistas, dentre as mais diversas culturas, e se atentar para não construir novas monoculturas do saber.

Juntando essas duas sociologias, Boaventura prevê o que uma quantidade enorme de realidades surgirá e terá de ser gerenciadas pelos cientistas sociais. Como proposta para as tentativas de gerenciamento, o autor propõe um “universalismo negativo”, que é uma teoria geral baseada na rejeição de qualquer possibilidade de haver uma teoria geral para organizar todas essas realidades. Cada uma têm suas particularidades, potencialidades e limites. Nenhuma delas é completa em si.

Além disso, também propõe o conceito de tradução como forma de gerenciar toda essa diversidade. No caminho oposto da tradução literária, essa tradução tenta encontrar as semelhanças e as diferenças entre conceitos de grupos diferentes, buscando criar inteligibilidade sem matar a diversidade. Essa tentativa ele exemplifica como o objetivo das epistemologias do sul.

As epistemologias do sul surgem com o trabalho de se pensar fora da relação com o norte global, tentando encontrar em si o que não é referente ao contato com o outro, buscando novas concepções de dignidade humana, direitos humanos, consciência humana etc., respeitando a pluralidade de saberes dos povos colonizados.

No Capítulo II, Boaventura privilegia a dimensão teórica da renovação da emancipação social. Ele começa contextualizando e criticando a ideia de emancipação social defendida por autores marxistas, ao explicitar sua relação com a modernidade e sua conseqüente debilidade em resolver os problemas coloniais, visto que o capitalismo foi concebido como um fator de progresso da humanidade.

Além disso, segundo o autor, inserido nas tentativas de desenvolver uma ciência com parâmetros universais, o marxismo não se encaixa facilmente no campo das

ecologias dos saberes, tendo sido responsável pela manutenção das ausências de outros grupos oprimidos devido à centralidade da classe trabalhadora em seu quadro teórico. Após diferenciar sua ideia de emancipação social da ideia das correntes marxistas, ele traz à tona os conceitos de “conhecimento de regulação” (CR) e “conhecimento de emancipação” (CE). Ao CR, atribui o saber como um ponto entre os polos do caos (representando a ignorância) e a ordem (representando o saber total). Conhecer, nesse caso, é conseguir sair do caos e da falta de controle sobre a realidade para a ordenação do mundo controlável. Ao CE, atribui o saber como um ponto entre os polos do colonialismo (ignorância) e autonomia solidária (saber total). O conhecer é conseguir reconhecer o outro como igual e autônomo. Sair da ignorância é sair da relação de dominação do outro, de objetivar o outro. Para Boaventura, haveria uma relação inversa entre os dois, devido à forma de funcionamento do capitalismo. Para atingir o máximo de ordem, o capitalismo se valeu do projeto colonial, impondo a sua ordem a todos os lugares, beirando a sabedoria do CR de um lado, e beirando a ignorância do CE do outro, ao suprimir a autonomia das colônias. Em certo momento, o conhecimento de regulação conseguiu recodificar o conhecimento de emancipação em seus próprios termos, tornando a sabedoria do CE (autonomia, diversidade) em caos e, conseqüentemente, ignorância. Assim o colonialismo se torna uma forma máxima de saber, pois passa a ser uma forma de ordem para o mundo. Por essa razão ele convoca a uma reformulação do conhecimento de emancipação, sendo a ecologia dos saberes uma forma de recuperar a autonomia e de superar as violências coloniais produtoras de silêncio, desigualdades e exclusões. Assim, podemos aprender novos saberes sem esquecermos os nossos. Boaventura elabora desafios para essa reformulação. O primeiro é pensar como a sociedade é dominada por utopias conservadoras, que veem a radicalização do presente como a forma de solucionar os problemas. Assim, algumas coisas (como o mercado e sua expansão) são inevitáveis, por que são elas mesmas a solução para os problemas de hoje. Para o autor, pensar uma utopia crítica é repensar essa relação de coisas inevitáveis. Para sua construção é preciso avançar sobre os problemas do silenciamento e da diferença. O silenciamento cria o silêncio a partir da violência, tornando algumas aspirações impreferíveis, impossibilitando que algo seja

dito fora da linguagem do dominador. A diferença constrói a ideia de que se há muitas culturas, elas são incomensuráveis, logo não há como ter diálogo.

Por fim, ele articula argumentos sobre o papel da objetividade (necessária) e da neutralidade (impossível) para o surgimento de subjetividades rebeldes, nas ciências, que, para além de observarem e descreverem os limites do presente, tenham a vontade de ultrapassar tais barreiras. Novamente ele traz o conceito de epistemologias do sul.

O caminho metodológico oferecido pelo autor se pauta em um conceito amplo de opressão – que leva em conta uma face produtora de desigualdade e uma face produtora de exclusão, ambas coexistindo em seus extremos e em formas mais inclusivas e menos extremas – e na aliança entre o princípio da igualdade e reconhecimento da diferença. Assim, propõe 6 espaços-tempos que geram poder (e opressão):

- Doméstico – poder patriarcal;
- Produção – poder é exploração;
- Comunidade – poder é diferenciar quem pertence e quem não pertence à comunidade;
- Mercado – poder é fetichismo de mercadorias.
- Cidadania – espaço público onde o poder vem da relação vertical de dominação entre Estado e cidadão.
- Mundial – poder é o intercâmbio desigual entre as nações.

Esses sistemas se dividem em sistemas de exclusão e sistemas de desigualdade. Nos sistemas de desigualdade o oprimido é essencial para a sobrevivência do opressor, portanto está incluído em uma hierarquia. No sistema de exclusão o indivíduo deixa de existir. O caminho atual é que os sistemas de desigualdade se convertam cada vez mais em sistemas de exclusão e que formas híbridas apareçam.

O capítulo se encerra com o questionamento do papel dos instrumentos hegemônicos na transformação social. Se é algo possível ou se são coisas completamente antagônicas. Ele usa o Fórum Social Mundial como um exemplo de possibilidades que instrumentos hegemônicos podem oferecer para propostas de transformação.

O Capítulo III enfoca-se na política da emancipação social. O autor inicia abordando a globalização e da importância de um internacionalismo descentralizado e multicultural, resultado político das ecologias dos saberes. Para chegar nesse lugar, fala da dupla tarefa da situação pós-colonial. A de compreender muito bem os instrumentos hegemônicos atuais ao mesmo tempo que compreende muito bem as alternativas existentes. Não se pode pensar uma transformação sem os meios hegemônicos, pois estes formam a semântica legítima de convivência política.

O autor inicia, então, um breve histórico da democracia, ressaltando que, no passado havia uma grande pluralidade de formas de democracia (demodiversidade) e que a democracia tinha tensões fundamentais com o capitalismo ao realizar distribuições sociais entre os grupos. Contrasta com o atual cenário, onde a democracia destrói a distribuição social, estando muito mais alinhada ao capitalismo, uma vez que indivíduos muito poderosos têm influência muito forte sobre as decisões políticas.

Além disso, segundo Boaventura, o modelo neoliberal induz a um processo de desnacionalização do Estado, sujeitando-o às leis internacionais ou aos interesses de grandes empresas que desrespeitam as leis nacionais impunemente. Isso gera uma democracia de baixa-intensidade, na qual há um distanciamento entre os indivíduos e os políticos, sendo um dos fatores resultantes da crise representacional.

O autor concentra o debate, então, na dicotomia entre democracia representativa e democracia participativa. Parte-se do princípio de que há elementos de participação na representativa e que há elementos de representação na participativa. Ele busca explicitar os desafios para uma articulação entre participação e representação a partir de 3 embates: Estado x Movimentos Sociais; Partidos vs Movimentos sociais; Movimentos Sociais entre si.

No primeiro caso, há um fundamentalismo partidário, que diz que um deputado eleito é muito mais representativo, pelo seu número de votos, do que uma assembleia com mil pessoas. Nesse caso, desvaloriza-se a participação. No segundo, há um fundamentalismo anti-partidário, que estabelece que os partidos vão tentar cooptar o movimento, retirando sua autonomia e desviando-o de seus objetivos. No terceiro caso, ele critica uma tendência da esquerda de politizar os assuntos somente polarizando-os.

Assim, as polarizações dentro dos movimentos sociais criam rupturas. Para resolver isso ele propõe as pluralidades despolarizadas, ou seja, uma busca por diálogo entre os movimentos tentando buscar elementos de união. Dessa forma, o lado político da ecologia dos saberes é a pluralidade despolarizada, onde os movimentos sociais conseguem articular seus interesses mudando os termos do conflito. Pressupõe-se a incompletude das propostas políticas e a necessidade de uni-las sem uma teoria geral. Aqui o processo de tradução (criar inteligibilidade a partir da argumentação) entra como processo fundamental para essa articulação.

A obra tem um caráter inovador ao construir o diálogo entre a teoria pós-colonial e o conceito de emancipação social, tradicionalmente cunhado pelas correntes da esquerda moderna. A linguagem é, com certeza, um obstáculo para quem ainda não domina o tema e, mesmo para quem conhece, há algumas escolhas de organização do texto que quebram sua continuidade, gerando certa confusão sobre o encaixe dos conceitos entre si. Além disso, o terceiro capítulo conta com uma quantidade muito grande de termos e conceitos usados que carecem de explicações, tornando necessária a busca pelas fontes primárias destes. Entretanto, isso não se torna um defeito fatal para o livro, uma vez que sua proposta é a de transparecer para o leitor os três dias de conferência. Além disso, apesar do uso de conceitos sem muita explicação, o posicionamento de Boaventura fica bem claro, inclusive devido às suas respostas às perguntas, uma delas o criticando por ser menos inovador nessa conferência do que ele já foi um dia. Seu posicionamento é o de criar algo que possa ser utilizado no presente, com aplicações imediatas na tentativa de criar o que chamou de epistemologias do sul.

Intrigante sobre esse posicionamento é entender qual o papel que os países periféricos da Europa têm na construção das epistemologias do sul. Apesar de o autor conceber Portugal como um país que ao, mesmo tempo que tem características de colonizador, tem características de colonizado devido a sua relação com a Inglaterra, seu país ainda usufrui até hoje dos resquícios da violenta colonização que estabeleceu no Brasil e em outros países pelo mundo. É preciso compreender atualmente qual é a influência do pensamento desses países na manutenção da hegemonia do Norte. O assunto é abordado por Mata (2014), ao ilustrar o papel de Portugal em estabelecer o

que é bom e o que não é na literatura lusófona e demarcar os processos de unificação pela língua, como a criação da lusofonia, um aspecto colonizador também, ao estabelecer um vínculo artificial de semelhança por um aspecto herdado da violência colonial, a língua. Talvez seja necessária uma obra inteira para discutir os potenciais e limites metodológicos de seu conceito de tradução na construção dessas epistemologias através das ecologias dos saberes. Assim como também fica em aberto como as relações hierárquicas entre o conhecimento científico e outras formas de conhecimento se delineiam em uma ecologia dos saberes e como se deve proceder quando não há tradução possível no diálogo intercultural.

Essa relação não pode ser vista de forma ingênua, uma vez que há interesses distintos em deslegitimar o conhecimento científico, como é visto hoje no crescente movimento anti-vacina e outros movimentos anticientíficos. A trajetória de Boaventura tangencia algumas vezes um caminho aberto para o relativismo do conhecimento científico, como é o caso do livro “Um discurso sobre as ciências” (SANTOS, 1987). Como enfatizado pelo autor, nós temos a dupla tarefa de compreender os centros hegemônicos e as alternativas a eles. Porém, uma realidade nos países periféricos de fora da Europa é a dificuldade de acesso aos conhecimentos científicos pela população. Nesse sentido, a perspectiva de um letramento científico, tema revisado amplamente por Santos (2007), alinhado com a perspectiva das ecologias dos saberes torna-se fundamental para a construção de um diálogo multicultural no qual a população tenha, de fato, acesso aos conhecimentos científicos que possam entrar no diálogo com outros conhecimentos. Isso se torna fundamental ao pensar nas ecologias dos saberes em uma lógica mais ampla que a meramente acadêmica.

Por fim, a obra oferece uma renovação para a teoria crítica, e uma reflexão extensa sobre os níveis dessa renovação para uma nova compreensão sobre a emancipação social que precisamos ter em conta, abrindo portas para uma multiplicidade de experiências e saberes nas ciências sociais.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

MATA, I. Estudos Pós-Coloniais: Desconstruindo genealogias eurocêntricas. **Civitas – Revista de Ciências Sociais** [em línea] 2014, 14 (Enero-Abril): Disponible em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74230601003> ISSN 1519-6089

BALLESTRIN, L. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial\*. **Revista de Ciências Sociais**, Riode Janeiro, vol. 60, no 2 , 2017, p. 505-540.

LYOTARD, J. **The post-modern condition: a report on knowledge**. Reino Unido. Manchester University Press. 1984

SANTOS, W. Educação científica na perspectiva de letramento como prática social: funções, princípios e desafios. **Revista Brasileira de Educação** v. 12 n. 36 set./dez. 2007

SANTOS, B. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

